



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 11065.916093/2009-02  
**Recurso** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** **9101-005.319 – CSRF / 1ª Turma**  
**Sessão de** 13 de janeiro de 2021  
**Recorrente** OCEAN EXPRESS SERVIÇOS EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2002

DCOMP. SALDO NEGATIVO DE IRPJ. IRRF. COMPROVAÇÃO DA RETENÇÃO. DOCUMENTOS HÁBEIS.

O sujeito passivo tem direito de deduzir o IRRF retido e recolhido pelas fontes pagadoras, incidente sobre receitas auferidas e oferecidas à tributação, do valor do IRPJ apurado ao final do período de apuração, ainda que não tenha o comprovante de retenção emitido pela fonte pagadora (informe de rendimentos), desde que consiga provar, por outros meios, que efetivamente sofreu as retenções. Afastado o entendimento de que a retenção não pode ser comprovada por outros meios, que não a apresentação do informe de rendimentos emitido pela fonte pagadora, os autos devem retornar à turma a quo, para novo julgamento. Inteligência da súmula 143 do CARF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial com retorno dos autos ao colegiado de origem, para análise dos documentos anexados referentes à comprovação de imposto de renda retido na fonte.

(documento assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rêgo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Andréa Duek Simantob - Relatora

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Edeli Pereira Bessa, Livia de Carli Germano, Andrea Duek Simantob, Amelia Wakako Morishita Yamamoto, Fernando Brasil de Oliveira Pinto, Luis Henrique Marotti Toselli, Caio Cesar Nader Quintella e Adriana Gomes Rego (Presidente).

Fl. 2 do Acórdão n.º 9101-005.319 - CSRF/1ª Turma  
Processo n.º 11065.916093/2009-02

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial apresentado pelo contribuinte OCEAN EXPRESS SERVIÇOS EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. (fls. 680/693) manejado contra o Acórdão n.º 1001-001.136, pelo qual a 1ª Turma Extraordinária da Primeira Seção do CARF, em sessão de julgamento de 9 de abril de 2019, decidiu, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso voluntário e reconhecer parcela do direito creditório a título de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2002, nos seguintes termos:

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acatar a preliminar referente ao erro material da decisão da DRJ, e, no mérito, em dar provimento parcial ao Recurso Voluntário para reconhecer o crédito de R\$ 3.557,38.

A decisão teve a seguinte ementa:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

ERRO MATERIAL

Comprovado erro de cálculo na decisão de primeira instância, reconhece-se o direito creditório no valor resultante do cálculo correto.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Ano-calendário: 2002

COMPENSAÇÃO. RETENÇÕES NÃO INFORMADAS EM DIRF. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA RETENÇÃO PELA FONTE PAGADORA.

Na compensação, a lei exige, para comprovação do imposto retido na fonte, a confirmação da fonte pagadora.

Com a ciência da decisão, em 06/06/2019 (AR fls. 677), o contribuinte apresentou recurso especial, em 18/06/2019 (conforme termo à fl. 678), apontando divergência jurisprudencial quanto ao tema assim identificado: **a legislação de regência prevê que o contribuinte, no regime do lucro real, pode deduzir do valor apurado no encerramento do período o valor retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo correspondente.**

Nas razões meritórias, em apertado resumo, reafirma que *o direito do contribuinte de utilizar o imposto que foi retido por ocasião do pagamento dos serviços prestados não pode estar condicionado à exclusiva demonstração dos comprovantes de retenção (condicionado à execução de obrigação de terceiro. Repete que apresentou **todas as notas fiscais, cujo valor retido a título de IRRF, no ano-calendário de 2002, deixou de ser considerado pela Fiscalização para fins de formação do saldo negativo de IRPJ, bem como cópia do Livro Razão em que consta o registro do IRRF do ano de 2002** e planilha analítica de conciliação. Salienta que o importante é a verdade material, devidamente comprovada pelos elementos apresentados. E registra:*

51. Verifica-se, portanto, que a posição deste Tribunal Administrativo sobre a matéria é no sentido de que o contribuinte pode provar com outros documentos hábeis a retenção

que sofreu quando do pagamento do serviço prestado. Ou seja, o próprio CARF tem entendido que a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados não podem ser os únicos meios de prova para fins de comprovar o imposto retido. Repita-se, para que não haja dúvida: exigir que a Recorrente obtenha documento de terceiro para poder usufruir do seu crédito é ilegal e, além disto, configura-se como uma autêntica “prova diabólica”.

E pede, ao final:

**ANTE A TODO O EXPOSTO, a Recorrente requer o total provimento deste Recurso Especial, uniformizando-se a jurisprudência deste Egrégio Tribunal e, por consequência, seja reformado o Acórdão n.º 1001-001.136 – 1ª Turma Extraordinária da Primeira Seção de Julgamento do CARF, com a total procedência do crédito apurado pela Recorrente a título de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2002 e homologadas integralmente as compensações realizadas na PER/DCOMP n.º 27527.22853.171106.1.7.02-8023.**

O recurso especial foi admitido nos termos do despacho de fls. 731/737.

Intimada, a PGFN apresentou contrarrazões (fls. 739/749), na qual defende a manutenção da decisão recorrida, nos seguintes termos:

[...]

A exigência de apresentação do comprovante de retenção emitido em nome da empresa pela fonte pagadora (informe de rendimentos) para fins de comprovação da retenção de IRRF decorre do próprio Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto n.º 1.041/94, em seus arts. 210 e 979, §2º vejamos:

[...]

Da análise dos textos normativos acima explicitados tem-se clara a condição imposta pelo RIR/94 para que o contribuinte possa compensar o valor retido a título de IRRF na declaração de pessoa jurídica, qual seja: a posse de comprovante da retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora.

Neste sentido, na hipótese de apresentação deste, o valor informado vincula o pedido, não havendo respaldo para requerer montante superior, tendo em vista a ausência de prova adequada para tanto.

Tal entendimento encontra-se também expresso no art. 55 da Lei 7.450/85, nestes termos:

[...]

Desta forma, a não apresentação deste documento específico ou apresentação com valor menor que o pedido inviabiliza a compensação pretendida pelo contribuinte. Note-se que o texto é claro ao exigir comprovante de retenção emitido pela fonte pagadora.

Descabido beneficiar o contribuinte que não conseguiu fazer prova de seu direito **consoante determinado pela legislação**, estendendo o conceito de prova expressamente previsto no art. 979, §2º do RIR/94, para admitir a utilização de outros documentos como comprovantes de retenção do IRRF. Tal proceder seria “*contra legem*” por desconstituir crédito tributário regularmente lançado ao arrepio do previsto na legislação, causando prejuízo ao Erário.

Note-se que pela leitura do art. 210 acima transcrito temos a instituição da obrigação de conservação, pela pessoa jurídica interessada, de todos os “livros, documentos e papéis

relativos a sua atividade, ou que se refiram a atos ou operações que modifiquem ou possam vir a modificar sua situação patrimonial”. Ou seja, neste contexto, caberia ao contribuinte comprovar, na forma exigida pelo art. 979, §2º do RIR/94 o seu direito. Em não fazendo, o que é o caso dos autos, não há que admitir sua pretensão, por falta de amparo legal.

**Ressalte-se que não se trata de matéria que admite qualquer meio de prova, mas sim de matéria cuja comprovação contém forma específica e legalmente estabelecida, não podendo o Julgador se furtar à observância de tal preceito, aceitando prova distinta.**

Não logrando êxito o contribuinte em comprovar a retenção na forma estabelecida pelo RIR/94, não poderá valer-se da compensação, por falta de atendimento dos requisitos legais, estando correta a glosa efetuada pela fiscalização. Tal ônus recai sobre o contribuinte, sob pena de irregular e ilegal compensação de valores.

Desta forma, diante de todo o exposto, temos por evidente que a pretensão do recorrente contraria o disposto nos arts. 210 e 979, §2º do RIR/94 e a jurisprudência dominante deste CARF, merecendo reforma por esta Câmara Superior.

E pugna, ao fim:

Diante do exposto, a União (Fazenda Nacional) requer seja **IMPROVIDO** o Recurso Especial interposto pela contribuinte, mantendo-se o inteiro teor do v. acórdão recorrido.

É o relatório.

## Voto

Conselheira **Andrea Duek Simantob**, Relatora.

### 1 Conhecimento

O conhecimento do recurso especial do contribuinte, ao qual foi dado seguimento pelo despacho de admissibilidade, não foi questionado pela Fazenda Nacional.

Muito embora não tenham sido ofertados argumentos contra o conhecimento do recurso especial, quanto à demonstração da divergência, o voto condutor do paradigma nº 9101-003.437 traz expresso:

(...) Não há como prejudicar um contribuinte por falha/infração cometida por outro. No caso, negar o direito de aproveitamento de retenção na fonte sofrida pelo beneficiário de um rendimento em razão de a fonte pagadora descumprir o dever instrumental de emitir e lhe fornecer o respectivo comprovante de rendimentos e de retenção na fonte.

Não há como impor um ônus para um contribuinte cujo atendimento depende única e exclusivamente de conduta a ser praticada por outro contribuinte (emissão de comprovante de rendimentos e de retenção na fonte).

(...)

O paradigma de nº 9101-002.876 pronunciou de forma semelhante, no seguinte sentido:

(...) eventual ausência do documento específico elencado na norma infra-legal, qual seja o informe de rendimentos e a DIRF, instituídos pela SRFB em obediência ao artigo 943 do RIR/99, não pode ilidir o direito do Contribuinte, desde que outros meios possam provar a retenção e recolhimento.

Pensar dessa forma seria fazer o contribuinte arcar com o imposto através da retenção que é realizada, pois o valor efetivamente recebido sempre é líquido do imposto, bem como arcar novamente pela impossibilidade de utilização do valor na composição do seu saldo negativo (especificamente nesse caso).

Não penso que seja esse o espírito da norma. Entendo que o §2º da norma em questão, que possui fundamento legal no artigo 55, da Lei 7.450/85 não está vinculado ao documento específico criado pela SRFB.

(...)

Ora, se a fonte pagadora emite comprovante de retenção, entrega a quem de direito o valor líquido do imposto, não há como negar ao contribuinte o direito à utilização do valor na composição do saldo, pelo simples fato de o comprovante não ser exatamente aquele relativo ao formulário produzido pela SRFB.

(...)

A divergência resta caracterizada na comparação entre os paradigmas e o acórdão recorrido, visto que, neste último, à indagação sobre quais outros elementos poderiam fazer a prova da retenção, quando descartadas a DIRF e o comprovante de retenção, a própria relatora responde maneira expressa:

Para responder à pergunta, é prudente observar o que decidiu o legislador. O art. 55 da Lei 7.450/85, abaixo transcrito, era a base legal do §2º do art. 943 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), e permanece sendo a base legal do art. 988 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018):

Art 55. O imposto de renda retido na fonte sobre quaisquer rendimentos somente poderá ser compensado na declaração de pessoa física ou jurídica, se o contribuinte possuir comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos.

A confirmação do art. 55 pelo novo RIR nos leva à conclusão de que o legislador permanece elegendo o comprovante de retenção emitido em seu nome, pela fonte pagadora dos rendimentos, como documento destinado a comprovar a retenção, necessário à compensação. Ainda que se questione a obrigatoriedade do documento formal, a ideia contida na lei é de que, para a compensação, é necessária a informação prestada pelo terceiro que efetuou a retenção.

Portanto, para o acórdão recorrido, somente o informe de rendimentos é válido para comprovar a retenção de IRRF, não sendo admitidos em seu lugar outros elementos da escrituração contábil e fiscal.

Por tais razões, conheço do recurso especial.

## 2 Mérito

O mérito diz respeito à possibilidade de se admitir que o contribuinte faça a prova da retenção sofrida a título de IRRF, utilizado na composição de saldo negativo de IRPJ indicado como direito creditório em DCOMP, por outros meios, quando ausentes informes de rendimentos e DIRF.

O acórdão recorrido considerou que somente o informe emitido pela fonte pagadora dos rendimentos, referido no art. 55 da Lei n.º 7.450/85, tem o valor probante requerido pelo legislador. Diante desse cenário, não admitiu analisar as demais provas apresentadas pelo sujeito passivo junto da manifestação de inconformidade, no caso, notas fiscais de serviços prestados emitidas pelo contribuinte, cópia do razão contábil, e relatório de conciliação com o respectivo IRRF. Quanto a esses documentos a decisão recorrida assim se manifestou:

Por isso, embora a contabilidade faça prova a favor do contribuinte, contraria a lei a ideia de que o sujeito passivo possa pleitear compensação comprovando a retenção na fonte apenas com documentos emitidos por ele próprio, ainda que sejam documentos contábeis e fiscais. Há que haver a confirmação da outra parte, que efetuou o pagamento e a retenção na fonte.

Sobre a questão específica da necessidade de apresentação de informe de rendimentos emitido pela fonte pagadora como única alternativa de o sujeito passivo comprovar as retenções sofridas na fonte, já restou sólido, na jurisprudência deste órgão, que a prova da retenção pode ser feita por outros meios, e não exclusivamente pelo informe de rendimentos. Referida tese foi deduzida na Súmula CARF n.º 143, aprovada em 03/09/2019, de seguinte teor:

Súmula CARF n.º 143: A prova do imposto de renda retido na fonte deduzido pelo beneficiário na apuração do imposto de renda devido não se faz exclusivamente por meio do comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos.

Por outro lado, não há dúvidas de que as retenções na fonte devem ser comprovadas, entendimento que de há muito já se encontra pacificado neste órgão, tendo sido, igualmente, objeto de súmula:

Súmula CARF n.º 80. Na apuração do IRPJ, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor do imposto de renda retido na fonte, desde que comprovada a retenção e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.

Ocorre que a decisão recorrida recusou-se em admitir os elementos de prova carreados aos autos pelo sujeito passivo, como fica claro pela leitura do voto, com destaque para o seguinte trecho:

Por isso, embora a contabilidade faça prova a favor do contribuinte, contraria a lei a ideia de que o sujeito passivo possa pleitear compensação comprovando a retenção na fonte apenas com documentos emitidos por ele próprio, ainda que sejam documentos contábeis e fiscais. Há que haver a confirmação da outra parte, que efetuou o pagamento e a retenção na fonte.

No caso concreto, a recorrente juntou aos autos, como provas, os documentos às fls. 21 a 494, que, segundo seu recurso voluntário, consistem em:

(i) cópia da totalidade notas fiscais, de emissão da recorrente no ano-calendário de 2002, cuja retenção de IR na fonte não foi confirmada pelo Despacho Decisório (fls. 21 a 469);

(ii) cópia do Livro Razão em que consta o registro do IRRF do ano de 2002 (fls. 470 a 494).

Às fls. 495 e 496 juntou planilha de conciliação dos valores.

Então, temos as notas fiscais emitidas pela recorrente, e o Livro Razão por ela confeccionado. Trata-se de documentos fiscais de sua emissão. Na lógica do art. 55 da Lei 7.450/85, documentos que não habilitam o contribuinte a pleitear a compensação.

Vê-se, portanto, que o acórdão recorrido não invalidou as provas trazidas pela defesa, mas recusou-se a analisa-las por orientar-se, **unicamente**, pela importância dos informes de rendimentos ou comprovantes de retenção fornecidos pelas fontes pagadoras e concluiu que, outros possíveis elementos de prova, como a própria escrituração, não tem a força probante reclamada pelo legislador. Todavia, esse argumento foi superado pela Súmula CARF n.º 143.

Uma vez ultrapassada a questão de que os informes de rendimentos são o único meio de se provar as retenções na fonte, e tendo em conta que não cabe à Câmara Superior de Recursos Fiscais o reexame de provas, nem a decisão sobre a necessidade ou não de realização de diligências, devem os autos retornar ao colegiado de origem para que este promova novo julgamento, pronunciando-se acerca do valor probante dos demais elementos de prova apresentados pela defesa e sua capacidade para comprovar os valores que restaram em discussão de IRRF, para o fim de compor a parcela em litígio do direito creditório a título de saldo negativo de IRPJ indicado em DCOMP.

Em razão do exposto, encaminho meu voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso Especial do sujeito passivo e determinar o retorno dos autos à instância *a quo*, objetivando seja analisada a documentação ora acostada.

(documento assinado digitalmente)

Andrea Duek Simantob